

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE CONTAS DO ANO 2021

Relatório de Gestão 2021

Ao Ordinário Diocesano

A Direção submete à apreciação, discussão e aprovação a presente prestação de contas e relatório de atividades 2021, em conformidade com as disposições estatutárias.

O conteúdo deste documento apresenta a realidade:

Financeira e Contabilística – Constituída pelas demonstrações financeiras exigidas por lei, acompanhada de vários anexos de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação e

Operacional – Relatando as atividades desenvolvidas na instituição, dando destaque aos principais aspetos exigidos designadamente: missão, objetivos, valências, pessoal, parcerias, projetos, donativos, entre outros.

Foram analisados todos os movimentos e saldos constantes nas demonstrações financeiras e sobre os quais damos a nossa certificação, em especial sobre os saldos de:

	Ano 2021	Ano 2020
Caixa	1.436	950
Depósitos bancários	223.605	242.260
Dívidas de clientes e utentes	1.027	784
Dívidas a fornecedores	7.263	6.469
Dívidas ao pessoal	0	0
Iva a recuperar	322	105
Géneros alimentares em stock	0	27
Resultado líquido do exercício	3.372	10.262

A redação final foi submetida à aprovação da Direção, ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer, e posterior apreciação pelo Ordinário Diocesano. Propõe-se que o resultado líquido do exercício seja transferido para a conta de resultados transitados.

Direção:

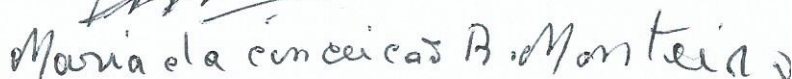
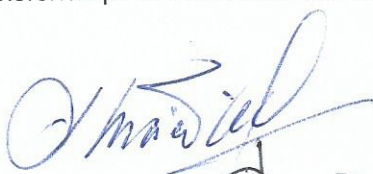
Presidente: João Inácio Monteiro

Vice-Presidente: António Augusto Batista Rodrigues

Secretária: Irene do Nascimento Almeida Macena

Tesoureiro: António Alexandre Martins da Costa

Vogal: Maria da Conceição Barbeira Monteiro



Cáritas Diocesana da Guarda
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501720618

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Outros ativos fixos tangíveis		79 414,18	77 374,89
Investimentos financeiros		1 899,33	1 537,07
		81 313,51	78 911,96
Ativo corrente			
Inventários		0,00	26,97
Créditos a receber		1 027,00	784,00
Estado e Outros Entes Públicos		322,35	0,00
Gastos a reconhecer		23 497,43	30 063,46
Caixa e depósitos bancários		225 041,14	243 210,29
Outros Ativos Correntes		0,00	1 500,00
		249 887,92	275 584,72
		331 201,43	354 496,68
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		62 232,22	62 232,22
Resultados transitados		40 676,94	30 414,62
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		84 140,73	84 140,73
		187 049,89	176 787,57
Resultado líquido do período		3 371,95	10 262,32
Total dos fundos patrimoniais		190 421,84	187 049,89
Passivo			
Provisões		35 469,00	47 292,00
Passivo corrente			
Fornecedores		7 262,79	6 468,96
Estado e Outros Entes Públicos		9 054,65	8 850,37
Outros Passivos Correntes		88 993,15	104 835,46
		105 310,59	120 154,79
Total do passivo		140 779,59	167 446,79
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		331 201,43	354 496,68

A Direção

Contabilista Certificada

[Handwritten signature]
777
en

Celeste Almeida Domingos
CC 59772

Cáritas Diocesana da Guarda

Contribuinte: 501720618

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		13.123,50	13.288,20
Subsídios, doações e legados à exploração		278.318,91	282.015,47
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-14.585,61	-11.538,85
Fornecimentos e serviços externos		-65.141,00	-60.405,75
Gastos com o pessoal		-216.076,87	-198.183,71
Outros rendimentos		33.883,64	25.939,88
Outros gastos		-21.623,65	-38.370,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.898,92	12.744,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-4.561,15	-2.564,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.337,77	10.180,83
Juros e rendimentos similares obtidos		72,25	134,63
Juros e gastos similares suportados		-38,07	-53,14
Resultados antes de impostos		3.371,95	10.262,32
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		3.371,95	10.262,32

A Direção

Contabilista Certificada



Celeste Almeida Domingos
CC 59772

Cáritas Diocesana da Guarda
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		12 880,50	12 862,20
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		-15 060,63	-25 084,98
Pagamentos de bolsas		-5 416,98	-153,58
Pagamentos a fornecedores		-41 670,13	-44 023,59
Pagamentos ao pessoal		-194 442,63	-185 657,78
Caixa gerada pelas operações		-243 709,87	-242 057,73
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-14 172,50	-12 163,59
Outros recebimentos/pagamentos		-2 772,69	-50,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-260 655,06	-254 271,32
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-362,26	-388,52
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		89,75	134,63
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-272,51	-253,89
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		142 020,56	140 174,54
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		27 335,25	22 613,20
Outras operações de financiamentos		73 458,18	135 554,97
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-55,57	-53,14
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		242 758,42	298 289,57
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-18 169,15	43 764,36
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		243 210,29	199 445,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período		225 041,14	243 210,29

A Direção

Contabilista Certificada

Celso Almeida Domingos
 CC 59772

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO 01/01/2021 A 31/12/2021



1. Identificação da Identidade

Cáritas Diocesana da Guarda
Colégio de São José
Qta Sª do Mileu
6300-586 Guarda
NIF 501720618
NISS 20005980213

A Cáritas Diocesana da Guarda é um organismo da Igreja, com ereção canónica pelo Bispo Diocesano, com fim de promover e apoiar a ação sócio caritativa na Diocese. A Cáritas Diocesana da Guarda é uma instituição sem fins lucrativos reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

É membro federado da Cáritas Portuguesa.

A Instituição encontra-se registada, a título definitivo, na Direção Geral da Segurança Social, desde 29-02-1988, no Livro n.º 3, sob o n.º 81/88, folhas 192 verso e 193, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

A Cáritas Diocesana tem como finalidade promover e apoiar a ação sócio caritativa na Diocese e procurar ajudar o desenvolvimento integral da pessoa humana, fomentar a comunicação cristã de bens e a promoção social e humana, nomeadamente a crianças, idosos, doentes, e excluídos da sociedade.

Para cumprir a sua missão, a Cáritas Diocesana da Guarda, integra diversas áreas de intervenção, abrangendo públicos diferenciados e distintos, idosos, mães em dificuldades, indivíduos e/ou famílias em situação de emergência social e imigrantes.

Com a segurança social existem acordos de cooperação para as valências:

- "Serviço de Apoio ao Domicílio"
- "CAV – Centro de Apoio à Vida"

O CLAIM (Centro Local Apoio à Integração de Migrantes) funciona em parceria com o ACM (Alto Comissariado para a Migração)

Os demais apoios e atividades são desenvolvidos com os recursos da Entidade.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo – NCRF-ESNL, estipulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

As demonstrações financeiras do período de 01/01/2021 a 31/12/2021 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos da Entidade de acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

O sistema de Normalização Contabilística para ESNL é composto por:

- Bases para apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

- Continuidade:

Com base na informação disponível, a Instituição continuará com a sua atividade nos próximos tempos dando apoio à população por ela servida, assumindo a não necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das operações. Para a CDG, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestar serviço e à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os

quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

- Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação ou omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões tomadas por parte dos utentes. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas DF podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas do anexo.

- Compensação

Devido à importância do ativo e passivo serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

- Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas DF, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

♦ Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

♦ As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas são as constantes das taxas de amortização para as IPSS.

♦ Os "Clientes", "Utentes" e as "Outras contas a receber", encontram-se registadas pelo seu valor real.

♦ A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo (Depósitos à ordem e a prazo) que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

♦ As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

♦ A rubrica "Fundos Patrimoniais" é composta pelos fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros, fundos acumulados e outros excedentes.

♦ Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art. 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto:

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As Instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados ou depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificam o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou fins que justifiquem a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a), b) ou c) do n.º 1;
- b) Afetação dos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

♦ Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

♦ Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A entidade na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

Bens do domínio público: A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural – Não Aplicável para esta Instituição

ATIVO NÃO CORRENTE

- Outros activos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	84140,73	0,00				84140,73
Equipamento básico	6951,36	0,00				6951,36
Equipamento de transporte	42724,91	0,00				42724,91
Equipamento administrativo	73091,79	6600,44				79692,23
Total	206908,79	6600,44				213509,23
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				
Edifícios e outras construções	28607,77	1682,81				30290,58
Equipamento básico	2277,55	110,78	0,00	0,00	0,00	2388,33
Equipamento de transporte	42724,91	0,00	0,00			42724,91
Equipamento administrativo	55923,67	2767,56				58691,23
Total	129533,90	4561,15	0,00	0,00	0,00	134095,05

- Investimentos Financeiros

Com a entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e da Portaria 294-A/2013, de 30 de setembro, a entidade empregadora é obrigada a entregar 1% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador com contrato celebrado após 1/10/2013, para os Fundos de Compensação. São registados na conta "outros investimentos financeiros", a percentagem de 0,0925 referentes ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Os restantes 0,0075 reverterem para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) que é considerado custo do exercício.

Os saldos registados em 2021 e 2020 são os seguintes:

Descrição	2021	2020
Investimentos Financeiros - Outros investimentos financeiros		
♦ Fundos de Compensação do trabalho	1899,33	1537,07

ATIVO CORRENTE

- Inventários

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Inventários apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021			
	Inventário inicial	Compras	Consumos	Inventário final
Mat-primas, sub. e de consumo	26,97	14558,64	14585,61	0,00

-Créditos a receber - Clientes e Utentes

Para os anos, 2021 e 2020, a rubrica "utentes" do Serviço de Apoio Domiciliário registava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Clientes e utentes	1027,00	784,00

-Diferimentos/ Gastos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Gastos a reconhecer" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros a reconhecer	2242,07	2211,89
Obras -Nascer	19141,95	24917,17
Obras-Sede	2113,41	2934,40
Total	23497,43	30063,46

- Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	1436,38	949,97
Depósitos à ordem	39604,76	68260,32
Depósitos a prazo	184000,00	174000,00
Total	225041,14	243210,29

- Outros Ativos Correntes

A rubrica, "Outros ativos correntes", tinha em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Outros devedores	0,00	1500,00
Total	0,00	1500,00

No ano 2021 foi reembolsado o valor do empréstimo à Cercig - Entidade Coordenadora do POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas.

- Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	62232,22	0,00	0,00	62232,22
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	30414,62	10262,28	0,00	40676,94
Outras variações nos fundos patrimoniais	84140,73	10262,28	0,00	84140,73

PASSIVO

Provisões

Na conta 2991 – Provisões para riscos e encargos constava o valor de 47292,00€ que se mantinha desde que entrou em vigor o SNC (Sistema de Normalização Contabilística). Por indicação e autorização da Direção, este valor vai ser saldado em 4 anos.

Passivos Contingentes – Não aplicáveis para esta Instituição
Ativos Contingentes - Não aplicáveis para esta Instituição

PASSIVO CORRENTE

- Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	7262,79	6468,96

- Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Passivo	2021	2020
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Retenção de imposto sobre Trabalho Dependente	1691,00	1554,00
Retenção de imposto sobre Trabalho Independente	54,88	11,90
Segurança Social	7308,77	7284,47
Total	9054,65	8850,37

-Diferimentos – Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Pessoal		
Remuneração a pagar	20053,8	19297,40
Encargos s/ remunerações	4472,01	4303,34
Outros acréscimos de gastos (Água, Eletricidade, Comunicação)	691,14	3282,36
Campanhas (Caritas Portuguesa, MSJB, projetos)	50250,00	77952,36
Valor a entregar utentes (Apoio Social)	0,00	0,00
Total	75466,95	104835,46

As Remunerações a pagar engloba Férias e subsídios de Férias a pagar no ano de 2022.

A taxa dos encargos sobre remunerações para o ano de 2022 é de 22,30%.

Outros acréscimos de gastos correspondem a gastos de água, eletricidade e comunicações de 2021 pagos em 2022.

RENDIMENTOS E GASTOS

- Prestações de Serviços (Serviço de Apoio ao Domicílio)

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços		
Prestações de serviços (SAD)	13123,50	13288,20

- Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado - ISS, IP (Acordos de cooperação)	142020,56	140174,54
Subsídios do Estado - ISS, IP (subs.eventuais)	6444,75	1240,92
Subsídios/donativos de outras entidades – C.Portuguesa, ACM, IEPF *	52475,29	27096,97
Doações (donativos, peditório e ofertório) **	77378,31	74153,04
Legados	0,00	39350,00
Total	278318,91	282015,47

*Subsídios/ donativos de outras entidades:

Descrição	2021	2020
ACM – CLAIM/ Projetos	35563,15	46170,52
IEFP	3965,75	366,07
Cáritas Portuguesa (Prioridade às Crianças, vales aquisição, apoios pontuais urgentes)	12946,39	7612,74
Total	52475,29	54149,33

****Doações (conta 753)**

Descrição	2021	2020
Donativos em Numerário	22444,92	21963,20
Peditório de rua	6717,43	0,00
Ofertório Dia Cáritas	5521,67	19464,10
Donativos em Géneros/Espécie	42694,29	32725,74
Total	77378,31	74153,04

Devido à pandemia da Covid 19, no ano 2020 não se realizou o habitual peditório anual da Cáritas. No ano 2021 realizou-se o peditório em formato on-line.

- Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares (10 M.E.)	15042,89	21008,84
Correções favoráveis relativas a períodos anteriores	12619,35	238,28
Restituição de impostos (0.05% consignação IRS)	6079,54	4587,02
Reembolso Iva de alimentação e bebidas	141,86	83,31
Outros rendimentos suplementares	0,00	22,43
Total	33883,64	25939,88

- Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados (trab. Espec., publicidade, vigilância e segurança, honorários, conservação e reparação)	15322,26	15677,76
Materiais (ferramentas, mat. Escritório, jornais e revistas, roupa e calçado para utentes)	30241,75	23937,93
Energia e fluidos (eletricidade, combustíveis, água)	9471,71	9601,09
Deslocações, estadas e transportes	167,96	114,10
Serviços diversos (comunicação, seguros, contencioso e notariado, limpeza, higiene e conforto, outros)	9937,32	11128,01
Total	65141,00	60458,89

PESSOAL

Em 22/09/2021, tomou posse a nova direção para o quadriénio 2021/2025 sendo constituída por:

Presidente: João Inácio Monteiro

Vice-Presidente: António Augusto Batista Rodrigues

Secretária: Irene do Nascimento Almeida Macena

Tesoureiro: António Alexandre Martins da Costa

Vogal: Maria da Conceição Barbeira Monteiro

O Conselho Fiscal Constituído por:

Presidente: Cônego António Carlos Marques Gonçalves

Secretário: Manuel Gomes Pinto Portugal

Vogal: Maria Isabel Varandas Esteves

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Pessoal com contratos de trabalho

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de "14" e em 31/12/2020 foi de "13".



Número de empregados por categoria profissional em 2021:

Categoria Profissional	Nº de empregados
Ajudantes de Ação Direta	9
Psicólogo/as	1
Técnico/as S. Serviço Social	2
Mediadora Cultural	1
Contabilista	1

Programa Mareess do IEFP – 1 ajudante de ação direta que integrou os vários serviços da Cáritas.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	171420,32	161939,48
Indemnizações	618,75	0,00
Encargos sobre as Remunerações	36437,05	33693,66
Fundo Garantia Compensação Trabalho	29,38	33,03
Seg. Acid. Trabalho e Doenças Profissionais	2564,05	1785,44
Outros Gastos com o Pessoal	5007,32	742,10
Total	216076,87	198183,71

A conta "Outros gastos com o pessoal" engloba os custos com a "Medicina no trabalho" e as bolsas referentes aos programas do IEFP.

- Amortizações do exercício-2021

Descrição	Valor Anual
Casa Aldeia do Bispo	900,88
Casa Marmeleiro	781,93
Placa Teka EX7015	54,15
Kit Pannel Solar	770,53
Forno Teka HLB830	56,63
Computador intel core i5	304,85
Central de incêndios	503,73
Computadores+instalação	1188,45
Total	4561,15

- Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos Indiretos (IMI)	0,00	62,02
Correções relativas a períodos anteriores	0,01	0,00
Donativos*	13918,55	28127,64
Quotizações	87,29	87,29
10 M.E. (Custo aquisição +% C.Portuguesa)	7617,80	7320,65
Outros Gastos e Perdas	0,00	2772,69
Total	21623,65	38370,29

A conta donativos desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Donativos diversos	496,00	736,60
Donativos às Cáritas Paroquiais	2942,00	8978,00

Anexo 2021

Donativos - Prioridade Crianças	984,98	89,25
Donativos - vítimas inc. out/2017	0,00	12546,00
Donativos- pedidos de ajuda urgente	9465,57	5777,79
Total	13918,55	28127,64

Notas: os donativos diversos englobam ajudas no pagamento de rendas, eletr. água, renovações CC...

-Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Juros e rendimentos similares obtidos	2021	2020
Juros obtidos	72,25	134,63

Juros e gastos similares suportados	2021	2020
Serviços bancários	25,00	53,14

O Resultado Líquido do exercício de 2021 da Caritas Diocesana da Guarda é de 3371,95€

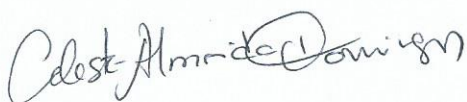
Divulgações exigidas por outros diplomas legais: a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto Lei 534/80, de 7 de Novembro. E pelo Decreto Lei 411/91, de 17 de Outubro a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

- Acontecimentos após data de Balanço:

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras referentes ao período findo a 31/12/2021 foram aprovadas pela Direção em Reunião realizada no dia trinta de março de dois mil e vinte dois.

O/A Contabilista Certificado/a



Celeste de Almeida Domingos
(CC 59772)

O Presidente da Direção




João Inácio Monteiro